

Diretores gerais ignoram proposta dos servidores e apresentam tabela **TODOS NA PARALISAÇÃO NACIONAL EM DEFESA DO PLANO DE CARREIRA NO JUDICIÁRIO FEDERAL**

**Sexta-feira
14 de agosto**

Os diretores gerais dos tribunais superiores apresentaram, no dia 29 de junho, uma proposta de tabela salarial à Comissão Interdisciplinar que discute o Plano de Carreira do Judiciário Federal. Com o argumento de que o debate sobre a carreira é complexo e que o prazo para enviar um projeto de lei ao Congresso estaria apertado, os representantes da cúpula do Judiciário optaram por uma proposta que não atende às reais necessidades da categoria, apenas reajusta a tabela salarial e remete à elaboração do Plano de Carreira a um Conselho Consultivo – ignorando o acúmulo de 8 meses de discussões e deliberações nacionais sobre o tema. Além disso, a proposta também representa um retrocesso em relação ao atual Plano de Cargos e Salários, uma vez que propõe a extinção da GAE [Gratificação de Atividade Externa] e da GAS [Gratificação de Atividade de Segurança] além da criação de uma Gratificação de Desempenho [GD].

A Comissão Interdisciplinar (que num total de 13 membros tem apenas um representante da Fenajufe e um representante do Sindjus-DF) apresentou uma proposta alternativa que também não atende a categoria. Essa proposta mantém a GAE e a GAS e no lugar da Gratificação de Desempenho propõe a Gratificação de Representação [GR], a ser paga a todos os servidores que não possuem FC, CJ, GAS e GAE. Até o momento, no entanto, a Fenajufe não obteve qualquer resposta dos diretores gerais com relação à alternativa apresentada pela comissão.

Foi definido também pela comissão um reajuste de 15% sobre a remuneração dos servidores. Essa proposta contempla, ainda, o reajuste da VPNI que está congelada desde 1995, como ocorreu com o Legislativo. De acordo com a proposta apresentada pelos diretores gerais, o PL 319/07 precisaria ganhar o empenho dos tribunais para a imediata aprovação na Câmara, avançando em alguns pontos da Lei 11.416/06; e o Plano de Carreira seria discutido por um Conselho Consultivo, previsto no anteprojeto de lei, composto por membros dos tribunais e de entidades sindicais.

A OPINIÃO DO SISEJUFE

O cenário da luta pelo Plano de Carreira está conturbado. A categoria dos servidores do Judiciário Federal é surpreendida agora pela proposta dos DGs dos tribunais superiores. Mesmo a contraproposta da Comissão Interdisciplinar não contempla as reivindicações aprovadas pelos servidores nos fóruns deliberativos promovidos pela Fenajufe. Caímos, novamente, na pura e simples tabela de reajuste salarial.

O Sisejufe é contrário a ambas as propostas – elas não garantem a isonomia de reajuste aos oficiais de justiça e agentes de segurança. Reajusta de forma desproporcional os Cargos em Comissão, aumentam o fosso entre os cargos de analista, técnico e auxiliar judiciário e nem sequer aproximam os salários. Além do mais, não estende a Gratificação de Desempenho (GD) aos aposentados e pensionistas. A proposta dos diretores gerais facilita o assédio moral com a criação da GD e prejudica os servidores que têm adicionais ao não incidir o valor maior do aumento no vencimento básico.

De início, o reajuste salarial parece bom – mas é o canto da sereia. Configura, em tese, um aumento de 86%, mas len-

do bem a proposta fica claro como se daria este novo aumento: seria de apenas 15% no vencimento básico. Esta é uma armadilha na qual não podemos cair. Se é para apenas reajustar a tabela salarial, que seja privilegiado o vencimento básico e que o percentual seja isonômico a servidores da ativa e a aposentados.

Este novo tabelão proposto pelos tribunais superiores é, disparado, o pior projeto já apresentado desde o PCS1. É inferior, na sua estrutura e no privilegiamento das CJs, aos últimos PCS. Temos de rechaçar este projeto e exigir que seja recuperada a estrutura original. Que os 86% de aumento sejam colocados no vencimento básico e na GAJ – na estrutura que aprovamos, ou seja, GAJ de no máximo 50%. Sem prejudicar a nenhum setor, sem aumentar um centavo nos Cargos em Comissão, sem criar penduricalhos que possam ser extintos ou congelados.

Por tudo isso, não reconhecemos esta proposta como aquela que durante dois anos gestamos democraticamente com toda a categoria.

**21 de julho, às 19h,
na sede do Sisejufe
ASSEMBLEIA GERAL**

Pauta

- Discussão das propostas em andamento para o Plano de Carreira
- Eleição de delegados para a Reunião Ampliada da Fenajufe que vai aprovar o Plano de Lutas da categoria.

COMPAREÇA!